



A importância do AEE para os professores do Piemonte da Diamantina-Bahia¹

The importance of AEE for Diamantine Piemont teachers – Bahia

Osni Oliveira Noberto da Silva²
Theresinha Guimarães Miranda³
Miguel Angel Garcia Bordas⁴

Resumo:

O tema do artigo se refere a atuação do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e teve como objetivo analisar a importância do professor de AEE. Na metodologia foi resultado um estudo qualitativo e exploratório, de maneira que o levantamento de dados da pesquisa se deu através de uma entrevista com roteiro semiestruturado aplicado a 36 professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) das escolas dos municípios que pertencem a região do Piemonte da Diamantina, estado da Bahia. A análise dos dados coletados se deu através da técnica da Hermenêutica objetiva. A partir dos resultados apresentados foi possível inferir que os sujeitos entrevistados indicaram que a importância do Atendimento Educacional Especializado está no fato de que este é um importante elemento educativo de apoio ao trabalho do docente da sala de aula comum, dentro de uma proposta integrada de inclusão, como prevista em legislação sobre o tema. Entretanto concluímos que a importância ultrapassa o elemento educativo, indo inclusive a questões referentes a resgate da dignidade, combate à exclusão e inserção no meio social produtivo.

Palavras Chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Salas de recursos multifuncionais.

¹ Esse artigo é parte integrante de pesquisa de Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (SILVA, 2020).

² Doutor em Educação (UFBA), Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Brasil; Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (UNEB); Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Especial e Educação Física Adaptada (GEPEFA). <https://orcid.org/0000-0001-5028-0889>; E-mail: onoberto@uneb.br.

³ Doutora em Educação (USP), com pós-doutorado pela Umeå University, Suécia. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE). <http://orcid.org/0000-0002-7762-7739>; E-mail: tmiranda@ufba.br

⁴ Doutor em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid, com pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE). <http://orcid.org/0000-0001-5970-9581>; E-mail: magbordas@gmail.com

6 Abstract:

The theme of the paper refers to the performance of the Specialized Educational Assistance (AEE) teacher and aimed to analyze the importance of the AEE teacher. The methodology resulted in a qualitative and exploratory study, so that the research data collection took place through an interview with a semi-structured script applied to 36 teachers who participate in the Multifunctional Resource Rooms (SRM) of schools in the municipalities that belong to a region of Piemonte da Diamantina, state of Bahia. The analysis of the collected data was done through the technique of objective hermeneutics. From the results presented, it was possible to infer that the tolerated subjects indicated that the importance of Specialized Educational Assistance lies in the fact that this is an important educational element to support the work of teachers in the common classroom, within an integrated proposal of inclusion, as provided for in legislation on the subject. However, we conclude that the importance goes beyond the educational element, including issues related to the redemption of the guarantee, combating exclusion and insertion in the productive social environment.

Keywords: Inclusive Education; Specialized Educational Assistance; Multifunction resource rooms.

1. Introdução

A educação oferecida a seu povo é um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento social e econômico de uma nação. Um país que renega a importância que a educação tem está jogando fora seu futuro enquanto nação economicamente sólida e com níveis consideráveis de igualdade e justiça social. Assim, na contemporaneidade é muito difícil se pensar em uma estrutura educacional que não necessite contemplar todos os indivíduos, independentemente de sua necessidade especial ou deficiência.

Mas nem sempre foi assim. A história das pessoas com deficiência é marcada com diversos períodos históricos de descaso e lutas pela participação plena na sociedade. De acordo com Repolho et al (2018) desde a antiguidade era negado as pessoas com alguma deficiência não só o direito a educação, mas também a vida, já que em algumas cidade-estado como Esparta, as crianças que apresentassem em seu nascimento alguma deformidade eram sumariamente assassinadas com o aval governamental.

Da eliminação passa-se ao internamento e reclusão da idade média até meados do século XX, inclusive como política de estado, os direitos das pessoas com deficiência foram conquistados a duras penas, ainda que muito precise ser feito, é inegável os avanços sociais, legislativos que ocorreram no Brasil e em várias partes do mundo.

Um dos pontos mais importante na história da luta pela Educação de pessoas com deficiência ocorreu no ano de 1994 na Conferência Mundial sobre necessidades educativas, promovida pela UNESCO, na cidade espanhola de Salamanca ao qual se produziu a chamada “Declaração de Salamanca”, documento que traz uma série de demandas que deveriam a partir

daquele momento serem implementadas pelos governos dos países signatários, o que incluía o Brasil.

A partir daí foram surgindo gradativamente avanços no que diz respeito ao lugar da pessoa com deficiência na sociedade. Um desses principais avanços diz respeito ao paradigma da inclusão como política nacional, como explicado por Sasaki (1997):

O movimento da inclusão social começou incipientemente na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos tomou impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século 21 envolvendo todos os países (p. 17).

O paradigma tem como premissa abandonar a ideia até então vigente de uma educação voltada para as pessoas com deficiência estritamente de caráter terapêutico, focado nas dificuldades e que obrigava o aluno a ter que se adaptar a escola (BEYER, 2010).

No caso do paradigma da inclusão há uma inversão em que o foco se dá nas potencialidades do indivíduo e exige uma estrutura física, material humano e profissional de uma escola com currículo flexível o suficiente para lidar com as diferenças inerentes de cada um dos alunos.

Deste modo, uma série de garantias legislativas foram criadas no Brasil, destacando a publicação no ano de 2008 da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que garante o apoio educacional necessário ao aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, através da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atua de forma complementar e no turno oposto as aulas que a criança frequenta na sala de aula comum da escola.

É importante citar também o Decreto nº 7.611/2011 que apresenta o conceito de Atendimento Educacional Especializado (AEE), exposto no artigo 2^a:

(...) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:
I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou
II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

Para isso, o AEE dispõe de um espaço próprio, conhecido como Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) que devem possuir equipamentos de informática, móveis, materiais



pedagógicos adaptados e com estrutura que favorece a atuação dos professores especificamente para atender necessidades educacionais de cada um dos alunos.

Para atuar na SRM com o AEE o docente precisa ter uma formação que possibilite “(...) identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 10).

Assim, é inegável que a oferta de AEE é de extrema importância para a consolidação da política de inclusão e desenvolvimento educacional e social dos alunos considerados público alvo, segundo a Resolução CNE/CEB nº 4 de 2009, do Conselho Nacional de Educação:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, p. 1).

Assim, na prática diária, é provável que mais ganhos podem surgir para os alunos por conta do Atendimento Educacional Especializado. Por isso, este artigo tem como objetivo analisar a importância do AEE, segundo a opinião dos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas municipais da região do Piemonte da Diamantina/BA.

2. Metodologia

O presente estudo é de natureza qualitativa, do tipo exploratória e foi produzido em nove municípios⁵ do estado da Bahia, que juntos formam o território de identidade⁶ conhecido como Piemonte da Diamantina.

⁵ Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourorândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.

⁶ A lei estadual nº 13.214 define o Território de Identidade como sendo “a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, conforme disposto no Plano Plurianual do Estado da Bahia” (BAHIA, 2014).

Os sujeitos participantes foram selecionados através do seguinte critério: professores que tenham atuado há pelo menos um ano com Atendimento Educacional Especializado em Salas de recursos multifuncionais que estão inseridas em escolas da rede municipal. Deste modo 45 docentes se encaixavam nos critérios, sendo que 36 participaram da pesquisa.

O levantamento de dados da pesquisa se deu através de uma entrevista com roteiro semiestruturado aplicados aos docentes participantes da pesquisa, pois entendemos que os dados coletados de falas imersos em subjetividade deram aos professores a oportunidade de trazer à tona suas opiniões, sentimentos, percepções, proporcionando aos pesquisadores um importante material de análise (TAYLOR; BOGDAN, 1992).

A análise dos dados ocorreu através da Hermenêutica Objetiva, desenvolvida por Ulrich Oevermann, que visa reorganizar as questões sociais e evidenciam os detalhes que não são tão aparentes em um determinado texto. Isso permite que o objeto analisado seja submetido a um diagnóstico consistente, seguindo os preceitos da teoria crítica da sociedade (OEVERMANN, 2004).

Na intenção de resguardar os docentes que participaram do estudo, no que tange aos aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, o projeto de investigação ao qual este artigo está vinculado, foi submetida ao comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), sob protocolo nº 79862917.6.0000.0057 e aprovado pelo parecer nº 2532.689.

As discussões e dados apresentados neste texto são parte integrante de pesquisa de Doutorado ligado ao Grupo de Estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e financiada através do Programa de Apoio à Capacitação de Docentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PAC-DT).

3. Análise e discussão dos dados

Neste tópico é apresentado a opinião dos professores entrevistados no que diz respeito a importância do seu trabalho no AEE. Os nomes dos sujeitos foram substituídos pela numeração indicativa da ordem em que as entrevistas foram gravadas (Docente 01, Docente 02, Docente 03 e assim sucessivamente).

Para os Docente 01 e 15 a importância do trabalho o AEE, principalmente no apoio a inclusão do aluno na sala de aula comum:

Eu acho que o AEE é fundamental no apoio a inclusão do aluno em sala de aula. Ele é um elo entre a sala de aula comum, entre os outros alunos que percebem esse aluno diferente. Eu acho que esse AEE é muito importante pra fazer esse elo. Eu acho que ele é uma ponte pra uma mudança (DOCENTE 01).

A gente tenta incluir eles em todos os espaços da escola, com todos os colegas. E isso é de suma importância pro crescimento dele. Não só cognitivo, mas eles estarem mesmo inseridos, de uma forma igualitária com os outros colegas no espaço escolar (DOCENTE 15).

Os docentes 05, 14 e 33 entendem que os ganhos cognitivos, conseguidos através do trato pedagógico específico e individualizado conseguido na Sala de Recursos Multifuncionais, justificam a importância do Atendimento Educacional Especializado:

É muito importante porque esses alunos estão na sala regular e quando chegam aqui na sala do AEE, eles dão aquele suporte que é individualizado. Eu tinha um aluno que não era alfabetizado e hoje ele já está lendo. Pra mim isso foi um grande avanço (DOCENTE 05).

É de grande importância. Na questão pedagógica é um suporte, que dá uma base pra o aluno melhorar o desempenho dele na sala regular. Na sala de recursos tem materiais que facilitam a acessibilidade pra esses alunos (DOCENTE 14).

Eu acho que o AEE exerce um papel de extrema importância na vida dessa criança, porque é o momento que ele vai ter sozinho, que vai atender as suas necessidades educativas, adaptativas, as medidas complementares e suplementares que não condição de ocorrer na sala regular. Então o AEE é o momento que você tem, pra você garantir esse atendimento de forma íntegra, humanizada, no corpo a corpo junto com o aluno (DOCENTE 33).

A docente 31 traz também um elemento importante do trabalho o AEE que é a segurança que os familiares do aluno têm em deixa-lo frequentar a sala de aula comum por saber que agora ele terá um apoio:

Elas estão sendo apoiadas na sala regular, por conta de nós, na realidade. Porque antes os pais até temiam que essas crianças tivessem na sala regular sem esse apoio. Então depois desse surgimento dessa sala os pais se sentem mais seguros que as crianças vão pra esse ensino regular (DOCENTE 31).

As falas apresentadas vão ao encontro do conceito de AEE trazido pela Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

(...) uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus

professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Assim, está claro que os docentes apresentam conhecimento sólido em relação ao trabalho no AEE e a importância dele no processo de inclusão, já que para o docente conhecer sobre sua profissão é importante para garantir um trabalho de qualidade e também os limites de sua intervenção.

Pelo fato de o AEE ser de fato um serviço de apoio para alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais que também frequenta a sala de aula comum, logicamente suas características diferem das etapas formais de ensino na educação básica, por privilegiar um atendimento personalizado, agendado e sempre no turno oposto do ensino formal.

Porém, outros professores entendem que importância do seu trabalho vai muito além do pedagógico. Docentes 03 e 13 entendem que o AEE serve também para enfrentar a exclusão que muitos dos alunos das Salas de Recursos Multifuncionais acabam sofrendo e consequentemente aumentar sua autoestima.

Eu tenho certeza que a sala de recursos para os meninos com deficiência é de uma importância grandiosa. Primeiro pela valorização desses meninos porque há algum tempo a gente sabe que esses meninos estavam dentro de casa e pra frequentar a escola era uma dificuldade muito grande, por conta da resistência dos pais, o medo com relação o tratamento desse menino na escola. (DOCENTE 03).

A autoestima desse aluno aumentou. Ele chega com vergonha, acha que é um defeito. A mãe também a gente orienta, porque a mãe muitas vezes quer ser a protetora do filho. Ela não deixa muitas vezes o filho crescer, quer fazer tudo pelo aquele aluno. A gente já vai orientando, que tem que deixar o aluno fazer, tem que deixar o aluno crescer e a gente vê o resultado (DOCENTE 13).

Para os docentes 11 e 18 a socialização, ampliação do convívio social, vem a ser outro grande ganho que a frequência na sala de recursos multifuncionais pode proporcionar ao aluno do AEE:

Em questão de socialização, os meninos são criados pelos pais como cristalzinho, preso dentro de casa, não tem socialização, não participa do meio social. E aqui é uma maneira dele estar aprendendo alguma coisa, tem convívio com outras crianças. Aqui a gente vê o desenvolvimento de crianças que não falava nada e hoje já fala, já tem independência, consegue amarrar o sapato, consegue comer com a própria mão que não comia. Tem casos aqui de alunos com 13 anos que veio pra cá tomando mamadeira. Isso não tem como continuar. (DOCENTE 11).

Muitos deles não tinham uma qualidade de vida, um convívio social regular, por conta da deficiência e por conta da visão dos pais. A gente tem alunos aqui que passaram a frequentar a sala de aula regular, mesmo adultos, depois que existiu essa sala aqui de Educação Especial. O AEE é um lugar importante de transformação social, de melhoria da qualidade de vida da pessoa, de autoestima da pessoa. A gente lida com cada aluno com a autoestima zero mesmo e ele sair daqui muito melhor (DOCENTE 18).

Os docentes 26 e 27 trazem o elemento do enfrentamento a segregação do aluno com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais como um dos importantes atributos do AEE:

(...) alguns alunos desses vivem segregados, porque os pais ficam com medo de deixar que eles saiam do âmbito da família, até mesmo pra escola, é uma proteção que eles têm na verdade. A importância que eu acho é essa, é desenvolver as habilidades que eles têm, todos têm. E nosso trabalho aqui na sala realmente é esse, aumentar, ou destacar ou melhorar essas habilidades pra que eles possam ter uma convivência digna, pelo menos dita igual aos demais, na sociedade, na sala de aula, em qualquer outro âmbito que eles forem (DOCENTE 26).

Hoje vendo é um avanço perfeito pra todos. É um direito da criança, é um direito de todos. Veio pra somar. Pros pais entenderem que é um norte pro filho. Acabou aquele negócio de ficar segregado dentro de casa, jogado. O aluno pode sim ir pra escola, deve sim ir pra escola (DOCENTE 27).

De acordo com os trechos das entrevistas dos docentes é possível perceber que a exclusão dos alunos de AEE do meio social é feito principalmente pelos seus familiares que o mantem exageradamente dentro de casa por conta de uma proteção exacerbada contra a discriminação que possam sofrer, mas não percebem que essa superproteção pode implicar negativamente no desenvolvimento educacional, afetivo e social.

Outros cinco professores, inclusive demonstram em suas falas preocupação acerca da autonomia do seu aluno de AEE em suas atividades de vida diária e também em outros momentos da vida social:

Esses alunos acabam adquirindo uma autonomia, que eles não têm. Então isso é importante pra vida, pro dia a dia, pra sala comum (DOCENTE 04).

E tem criança que não sabia nem se alimentar e hoje ele já sabe ir no banheiro, na hora do lanche ele vai lá e lava as mãos, ele volta e senta na mesa certinho e se alimenta, pede licença pra sair. Então isso eu acho que foi assim de grande resultado o trabalho da AEE, porque não desenvolveu a leitura e a escrita, mas desenvolveu a interação dessas crianças (DOCENTE 08).

Aqui eu acho que eles criaram autonomia, depois que eles começaram a conviver em grupo, eles eram excluídos. (...) Alunos que chegaram aqui e não se alimentavam, não tinham autonomia. Porque o AEE, além do pedagógico, trabalha com a convivência social (DOCENTE 09).

Lá eles aprendem muita coisa, a se concentrar, a raciocinar, lá eles aprendem muitas atividades da vida diária, muitas crianças chegam lá sem saber comer, lá eles aprendem, chegam babando e lá eles param de babar, outros chegam sem saber ir ao banheiro sozinhos (DOCENTE 25).

Eu vejo como uma coisa é positiva que ajuda no desenvolvimento deles tanto na questão educacional, na questão social, na questão da vida diária deles, dar a eles autonomia para a vida diária entendeu? Até porque nós temos alunos do ano passado que eles só frequentavam só o AEE entendeu? Então assim não só para o aluno, mas para a família é de grande importância (DOCENTE 32).

A importância da autonomia do aluno de AEE, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral, é tanta que a própria Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reitera em seu documento que o AEE visa também complementar e/ou suplementar “a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela” (BRASIL, 2008, p.10).

Isso é um passo extremamente importante para as lutas das pessoas com deficiência, haja vista que, de acordo com Ponce (2005), a história referente as pessoas com deficiência estão marcadas pela exclusão social, sendo que em algumas sociedades antigas até o costume de matar as crianças recém-nascidas com alguma deformidade era considerada política de estado.

Porém ainda hoje, a discriminação as pessoas consideradas “diferentes” ainda são muito intensas, o que obriga os familiares a manter seus filhos segregados do resto da sociedade, muito por medo, superproteção e falta de conhecimento. Deste modo, as falas de dois professores vão ao encontro da ideia de que o AEE é um importante aliado no enfrentamento desses problemas:

É muito importante, principalmente porque ela vai aprender a conviver com outros colegas, a gente trabalha cada deficiência a maneira dela superar (DOCENTE 19).

Mais a questão de humanidade. Essa questão de ajuda, de tentar fazer que a pessoa participe desse meio social da gente (DOCENTE 22).

De acordo com a Docente 28 o AEE pode promover um ambiente em que o aluno seja inserido socialmente através da preparação para o trabalho, como por exemplo o emprego de motorista:

Pra mim é a porta de entrada pra esses meninos, visto que eles já tiveram tanto tempo excluídos. É tanto que um deles que já virou motorista, crianças que viviam só no cantinho da sala, sem nenhuma oportunidade e hoje com incentivo, já está até ajudando pessoas na comunidade (DOCENTE 28).

Esse argumento está ligado a concepção de que é preferível que os indivíduos integrantes de uma sociedade prestem sua contribuição através de um papel social reconhecido, nesse caso um emprego, de modo que é através dessa ocupação que ocorre o resgate da dignidade do indivíduo e conseqüentemente sua autoestima.

O próprio ordenamento legal no Brasil apresenta uma considerável legislação sobre o trabalho das pessoas com deficiência e suas garantias, como a reserva de mercado para esse público, garantido pela constituição de 1988 (BRASIL, 1989), complementado posteriormente pelas Leis nº 8.112/90 acerca da obrigatoriedade de reserva de 20% das vagas em concurso público para pessoas com deficiência (BRASIL, 1990) e a Lei 8.213/91 que reserva vagas de emprego em empresas com mais de 100 funcionários (BRASIL, 1991).

De acordo com Redig e Santos (2015) esse apoio estatal através de legislação é importante para garantir não só a inclusão no mercado de trabalho, mas também para fomentar mudanças gradativas no estereótipo discriminatório que ainda existe.

A invisibilidade social sofrida pela pessoa com deficiência é uma situação já conhecida na história (RIBEIRO; BAUMEL, 2003). Entretanto, baseado na fala da Docente 29, observam-se que essa triste situação ainda persiste nos dias atuais.

Eu acredito que o AEE é como um divisor de águas para os alunos (...) por que a partir do momento que o AEE começou a atuar dentro nas escolas é como se esses meninos tivessem ganhado visibilidade, por que até então eram excluídos. Buscar os direitos que eles têm na sala de aula, principalmente do acesso ao currículo que é a nossa luta (DOCENTE 29).

Corroborando com essa opinião, os Docentes 12, 23 e 34 também reafirmam a importância do AEE como um elemento importante para o resgate e a afirmação de sua dignidade:

Depois que eles recebem o atendimento, tudo muda, na família também. A questão da autoestima, a valorização como ser humano. Eles começam a se sentir parte do mundo, que antes eles não se sentiam. Em todos os lugares que eu trabalhei foi uma mudança mútua (DOCENTE 12).

Primeiro dar dignidade. Todo ser humano é digno de respeito e eles não são respeitados. Hoje elas têm o direito de frequentar a sociedade, mesmo sendo diferente, elas têm que ser respeitada e saber que ela pode conviver, só que de uma maneira diferente, mas que são pessoas como qualquer uma (DOCENTE 23).

Eu penso que o AEE passa a ser para o aluno um resgate de dignidade, que todo tempo que a história negou a eles, em espaço social, dignidade. Eu vejo que o AEE passa a resgatar isso. Quando eles chegam tenso ele passa a conhecer no AEE assuntos, atividades, informações que ele não tem. Então traz um conhecimento, um autoconhecimento, uma construção de si mesmo e esse resgate de dignidade (DOCENTE 34).

Apesar de não ser um dos principais objetivos do Atendimento Educacional Especializado, a reafirmação da dignidade dos alunos também acaba sendo uma preocupação dos docentes, tanto pelo acolhimento ao aluno quanto pela sensação de utilidade destacado por Sturza e Marques (2017):

Logo, a dignidade da pessoa humana é um direito fundamental inerente a todos, inclusive, para a classe dos trabalhadores, devendo-os ser respeitados e exigidos, a fim de que a humanidade atual e futura tenha as mínimas condições de sobreviver em paz, inclusive, com a valorização social do trabalho (STURZA; MARQUES, 2017, p. 122).

O Docente 02 também como um elemento importante do trabalho no AEE o afastamento do aluno da marginalidade:

Muito importante. No nosso caso a gente tem feito a diferença na vida de alguns alunos. Aqui tem alunos que se não tivesse no AEE eles estariam na marginalidade porque tem um aluno surdo que ele roubava, pega coisas escondida no mercado. Teve todo um trabalho com a família e hoje ele tá aí um garotão, bonitão. Eu acho que o AEE fez a diferença (DOCENTE 02).

Na fala do docente é possível observar que há uma relação entre o paradigma de inclusão educacional e a ideia de inclusão social mais conhecida e que abrange elementos econômicos, sociais entre outros.

Assim, o AEE admite também uma função social mais extensa ao permitir ao seu aluno outra possibilidade na vida diferente daquela que infelizmente muitos acabam seguindo pela falta de oportunidades, além da injusta distribuição de renda existente no país.

De acordo com o relato dos Docentes 06, 08, 10 e 17 ficou claro a crença de que para eles o trabalho produzido no AEE proporcionou melhoras significativas na vida de seus alunos,

principalmente em relação a melhora no convívio, na socialização e na diminuição da agressividade:

Tem relatos emocionantes de familiares de ver a transformação na vida dessas crianças (...) a gente tem provas bem gratificantes do sucesso dessas crianças, que chegou aqui agressiva e que hoje já senta 4 horas dentro de uma sala de aula, já assiste, já interage com o professor. Então assim, pra a gente é um trabalho que a gente vê que tem resultado, que todo o nosso esforço, que todo que a gente faz vale a pena (DOCENTE 06).

Quando eu cheguei aqui demorei um pouco pra me adaptar, mas quando me adaptei com as crianças eu vi que muita coisa tinha mudado na vida daquelas crianças. Muita criança que conhecia antes na rua que passava por gente, que as vezes eles se aproximavam da gente para bater e agredir a gente e hoje está na AEE num comportamento totalmente diferente. Ele já aprendeu a se interagir com outras pessoas (DOCENTE 08).

Tem alunos aqui que pra chamar atenção batia e hoje não. Avanço na linguagem. Meninos com autismo que avançaram na linguagem. Autonomia. Tem uns que já vai até comprar uma coisa no mercado. Tem criança que ficava podada, guardada dentro de casa e hoje estão mais na sociedade (DOCENTE 10).

Tem aluno aqui que a gente só atende com o pai, porque são agressivos, outros não aceitam também a saída do pai, é muito dependente, por essa superproteção. Quando ele começa a se adaptar, já conhece o professor, pega aquela amizade com o professor, aí o pai já fica ali fora. (...) No início eu acho importante a participação do pai, até pra entender o nosso trabalho, pra saber o que que a gente tá fazendo, como é que a gente trabalha, pra saber ajudar quando chega em casa, o que é que vai fazer com aluno (DOCENTE 17).

Pelo fato de que muitos alunos de AEE já passaram por situações tristes de discriminação na forma de zombaria, ofensas, tanto em casa quanto na rua, por causa de sua condição, eles acabam apresentando uma agressividade com os seus professores que em troca o acolhem ao invés de devolver as agressões. Por conta disso é criada uma relação de proximidade e confiança que perpassa o aspecto educativo.

Neste caso, a opinião da Docente 16 vem ao encontro das falas anteriores pois ratifica a importância da afetividade como um caminho eficiente para potencializar o desenvolvimento dos alunos dentro do trabalho do AEE:

A gente sabe que o nosso papel aqui é pedagógico, mas é muito mais amplo. No dia a dia, por que a gente trabalha com as famílias, com eles a questão da afetividade. E é muito importante pra eles principalmente em relação a valorização, por que aqui a gente busca ver não que ele não consegue, que é o mais natural, busca ver o que é que ele sabe fazer, o que é que ele consegue fazer né, e potencializar isso o que ele sabe fazer (DOCENTE 16).

A opinião da Docente 16 é corroborada por Wallon (1995), pois segundo o autor existe uma íntima relação entre o desenvolvimento cognitivo e a afetividade, ocorrida pela interação entre o aluno e professor, proporcionando avanços nas esferas intelectuais, sentimentais e sociais. Dantas (1992) ao explicar a teoria desenvolvida por Wallon diz que:

A consciência afetiva é a forma pela qual o psiquismo emerge da vida orgânica: corresponde à sua primeira manifestação. Pelo vínculo imediato que se instaura com o ambiente social, ela garante o acesso ao universo simbólico da cultura, elaborado e acumulado pelos homens ao longo de sua história. Dessa forma é ela que permitirá a tomada de posse dos instrumentos com os quais trabalha a atividade cognitiva. Neste sentido, ela lhe dá origem (1992, p.85).

Por conta disso, ainda que não seja um objetivo oficial do Atendimento Educacional Especializado, a afetividade tem sua importância demonstrada por conta dos atendimentos dos docentes, sendo também um contraponto eficiente a carga negativa produzida pela discriminação sofrida cotidianamente.

Somente na fala dos Docentes 24, 30, 35 e 36, é que o AEE é tido como um dos elementos mais importantes na implantação do paradigma da inclusão segundo a legislação existente no país:

A importância é de extrema significação. Principalmente por que a gente está ali pra colaborar nesse processo de inclusão. A gente adota a perspectiva do currículo funcional que é incluir esse aluno pra vida. Desenvolver potencialidades que ele esteja apto a ter os mesmos direitos garantidos aos outros. O AEE traz essa significação pra eles. Eles sabem que ali ele é acolhido (DOCENTE 24).

Hoje assim, a importância é que traz eles mais para a inclusão, porque na verdade tem aqueles alunos que ficam lá excluídos. Aí eles estão estudando no AEE, ele fica na verdade incluso né (DOCENTE 30).

É uma importância muito grande, pois na sala regular o aluno é colocado lá e fica meio excluído. Como se fosse colocado de lado e se vire. Aqui eu preparo atividades exclusivas, de acordo com as necessidades deles. Eu creio que é algo que deveria ter em todas as escolas. A inclusão deles alunos não somente nessa sala, mas principalmente na sala regular também (DOCENTE 35).

É uma questão assim que eles hoje já me veem com outros olhos. Eles gostam muito das aulas de AEE, e isso me faz né, me fez pensar neles, na necessidade deles. Porque a inclusão não é só você chegar e lançar eles na sala de aula, mas é ver a necessidade do que eles precisam. Então mudou, tá tendo uma mudança né, em relação a comunidade (DOCENTE 36).

De acordo com o conceito do paradigma da inclusão desenvolvido desde os anos 80 existe um princípio que foca na igualdade de oportunidades, de maneira que busca uma educação para todos, em que exista uma escola flexível o bastante para abarcar a grande diversidade existente entre os alunos e assim permitir que todos possam ter oportunidades para desenvolver suas potencialidades.

Desse modo, os docentes expõem em suas falas que o trabalho realizado no AEE assume a função importante de ajudar na inclusão do aluno, no momento em que passa a ter responsabilidade de ajudar nas mudanças necessárias para a escola. Porém é importante que a atuação do AEE não tenha um fim em si mesmo, pois senão a SRM pode acabar se tornando uma escola especial dentro da escola comum.

Considerações finais

Aqui retomamos o objetivo do artigo que foi analisar a importância do AEE, segundo a opinião dos professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas municipais da região do Piemonte da Diamantina/BA.

Através dos dados coletados, apresentados e analisados foi possível aferir que a importância do Atendimento Educacional Especializado está no fato de ser um elemento educativo de apoio ao trabalho da sala de aula comum, dentro de uma proposta integrada de inclusão, como prevista em legislação sobre o tema.

Entretanto, uma parte dos sujeitos entrevistados também deixaram claro que a importância ultrapassa o elemento educativo, indo inclusive a questões referentes a resgate da dignidade, combate à exclusão e inserção no meio social produtivo.

Porém o que mais ficou claro nas falas dos professores foi o orgulho em relação ao seu trabalho no AEE, reconhecendo a importância que ele tem na vida de seus alunos, não só acadêmico, mas sim com melhorias que carregarão pelo resto da vida em seu meio social.

Assim, reconhecendo a importância que o AEE já demonstra, especificamente na materialização da política de educação inclusiva e na vida de seus alunos público-alvo, compreendemos que mais estudos devem ser realizados, tanto na região aqui investigada, quanto em outros estados do país, com vistas a investigar outros elementos que o presente texto não pôde ou não se propôs a tratar.

Referências

- BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na escola**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação. 2010.
- BRASIL. Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.**
- BRASIL. Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.**
- BRASIL. Lei 8.213 de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.**
- BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 4, de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: SEESP, 2009.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- DANTAS, H. A afetividade e a construção do sujeito na Psicogenética de Wallon. In: TAILLE, Yves de La.; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- OEVERMANN, U. Adorno als empirischer Sozialforscher im Blickwinkel der heutigen Methodenlage. In: GRUSCHKA, A. U. OEVERMANN (Hrsg.), **Die Lebendigkeit der kritischen Gesellschaftstheorie**, Wetzlar: Buchse der Pandora 2004, 189-234.
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. 21ª Edição. São Paulo: Cortez. 2005.
- REDIG, A. G; SANTOS, A. C. A. Formação profissional e mercado de trabalho: entre expectativas e realidade! **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 26 – 60, maio/ago. 2015.
- REPOLHO, S. M.; PEREIRA, C. O.; PALHETA, R. M. S. A formação do professor frente à Educação Inclusiva de pessoas com deficiência. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, v. 14, n. 4, 2018.
- RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. C (Orgs). **Educação Especial: Do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.
- SASSAKI, R. K. **A inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SILVA, O. O. N. **Trabalho docente no atendimento educacional especializado: uma análise dos municípios de uma região do estado da Bahia**. 2020. 331 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2020.

STURZA, J. M.; MARQUES, A. D. A Importância do Trabalho para a Consolidação da Dignidade do Homem: Apontamentos sob a Perspectiva dos Direitos Sociais. **Direito, Estado e Sociedade**, n. 50, jan/jun, 2017.

TAYLOR, S. J., BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados**. Barcelona: Paidós, 1992.

WALLON, H. **As origens do caráter na criança**. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.